

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.606, DE 2016

Acrescenta o inciso X ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir aos idosos o acesso imediato aos tratamentos disponíveis em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

Autor: Deputado FAUSTO PINATO

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Fausto Pinato, busca alterar a Lei nº 10.741, de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para garantir aos idosos o acesso imediato aos tratamentos disponíveis em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

Para justificar a propositura, o autor aduz que o tempo é um dos principais fatores para o sucesso da terapia contra o câncer, de modo que a demora no início do tratamento pode contribuir significativamente para o avanço da doença.

Sustenta, ainda, que especialmente no caso dos idosos o tratamento deve ser iniciado o quanto antes como forma de melhorar o prognóstico da doença, pois com o avanço da idade e uma maior fragilidade orgânica, esses pacientes por vezes não suportam os efeitos adversos típicos do tratamento quimioterápico.

Para o autor, o direito de acesso imediato dos idosos ao tratamento deve estar expressamente previsto em lei como forma de conferir



maior segurança jurídica na luta dessa importante parcela da população por um concreto e efetivo direito à saúde.

A proposição tramita sob o regime ordinário (RICD; art. 151, III) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (RICD; art. 24, II).

No prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas neste colegiado.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) o exame dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa do projeto de lei nº 6.066, de 2016.

Sobre a constitucionalidade formal da proposição, constata-se que se mostram atendidos os requisitos formais relativos à competência legislativa, à iniciativa e à espécie normativa empregada. Com efeito, compete à União legislar concorrentemente sobre a defesa da saúde (CF/88; art. 24, XII); não há reserva de iniciativa relacionada à matéria e a espécie normativa também se revela idônea, uma vez que se pretende alterar uma lei ordinária que está em pleno vigor.

Do ponto de vista material, nada há que obste a aprovação do projeto.

Aliás, a Constituição, importa deixar consignado que, para além de garantir a saúde como direito de todos e dever do Estado (art. 196), também impõe à família, à sociedade e novamente ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, defendendo sua dignidade, bem-estar e assegurando-lhes o direito à vida (art. 230).

Prosseguindo na análise do projeto de lei – que altera o Estatuto da Pessoa Idosa – verifica-se que seu conteúdo está em perfeita harmonia com os princípios gerais do direito, é proporcional e razoável e tem coerência lógica. O projeto é, portanto, jurídico.



Nesse contexto, cumpre-nos louvar o autor do projeto pela iniciativa, que, sem dúvida, é merecedora de todos os encômios.

Quanto à técnica legislativa, será necessário efetuar pequenos reparos em decorrência de alterações legislativas aprovadas¹ após a apresentação do projeto e que tiveram como alvo o mesmo dispositivo que se pretende modificar.

Referimo-nos à substituição da expressão “parágrafo único” por “§ 1º”, na ementa do projeto, no art. 1º, no *caput* do art. 2º e na nova redação do art. 3º. Além disso, acrescentamos uma linha pontilhada ao final do inciso X, com o fim de evitar controvérsias acerca da revogação involuntária do § 2º constante da redação atual do art. 3º.

Por se tratar de vários pequenos reparos pontuais, entendemos mais apropriado a apresentação de um substitutivo saneador de natureza estritamente redacional.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei nº 6.066, de 2016, nos termos do substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em 08 de março de 2024.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-21753



¹ Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.066, DE 2016

Acrescenta o inciso X ao § 1º do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para garantir aos idosos o acesso imediato aos tratamentos disponíveis em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o inciso X ao § 1º do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para garantir aos idosos o acesso imediato aos tratamentos disponíveis em caso de diagnóstico de neoplasia maligna.

Art. 2º O § 1º do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 3º.....

§ 1º.....

X – acesso imediato aos tratamentos indicados e disponíveis, em caso de neoplasia maligna devidamente diagnosticada.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 08 de março de 2024.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-21753

